

PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO PLANETÁRIA E TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS

INFÂNCIAS NEGRAS NA ATUALIDADE: EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES SOCIAIS E PERMANÊNCIAS DO PÓS-ABOLIÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Dayane Freitas de Lourdes

INTRODUÇÃO

A discussão sobre as infâncias negras no Brasil contemporâneo exige uma análise histórica e social que considere os efeitos persistentes do período pós-abolição. Embora a escravidão tenha sido formalmente extinta em 1888, suas marcas estruturais permanecem visíveis nas desigualdades que afetam crianças negras, especialmente no acesso à educação, à saúde e à proteção social. Segundo Almeida (2019), “o racismo no Brasil não é episódico, mas estrutural, organizando as relações sociais desde o período colonial” (p. 38). Assim, compreender as infâncias negras implica reconhecer a herança histórica do racismo.

A educação ocupa papel central nesse debate, pois constitui tanto um direito fundamental quanto um espaço de reprodução de desigualdades. Crianças negras, historicamente marginalizadas, enfrentam obstáculos que comprometem seu desenvolvimento pleno. De acordo com Cavalleiro (2017), “a escola brasileira ainda reproduz práticas discriminatórias que afetam diretamente a autoestima e o desempenho das crianças negras” (p. 64). Dessa forma, a análise das infâncias negras demanda atenção às dinâmicas educacionais e sociais.

DESENVOLVIMENTO

O pós-abolição no Brasil foi marcado pela ausência de políticas públicas voltadas à integração da população negra recém-liberta, o que resultou em processos contínuos de exclusão social. As crianças negras herdaram essas condições de vulnerabilidade, vivendo, em grande parte, em contextos de pobreza e precariedade. Conforme Munanga (2015), “a abolição não foi acompanhada de medidas que garantissem cidadania à população negra” (p. 52). Esse abandono estatal impacta diretamente as condições da infância negra até os dias atuais.

No campo educacional, as desigualdades raciais se manifestam desde a educação infantil, seja pela evasão escolar, seja pelo baixo acesso a recursos pedagógicos adequados. Além disso, o currículo escolar frequentemente silencia ou estigmatiza a história e a cultura afro-brasileira. Para Gomes (2018), “a negação da identidade negra

na escola contribui para processos de exclusão simbólica” (p. 91). Tal cenário evidencia a necessidade de práticas pedagógicas antirracistas.

Outro aspecto relevante diz respeito à violência racial que atinge de forma desproporcional crianças negras. A exposição precoce à violência urbana, policial e institucional compromete o direito à infância plena. Segundo Nascimento (2016), “o genocídio da população negra começa na infância, por meio da negação sistemática de direitos” (p. 27). Essa realidade revela a interseção entre racismo, classe social e território.

As políticas públicas voltadas à infância, embora previstas legalmente, apresentam limitações na efetivação do princípio da equidade racial. Programas sociais muitas vezes não consideram as especificidades das infâncias negras. Como destaca Carneiro (2020), “a universalização de políticas sem recorte racial tende a perpetuar desigualdades” (p. 114). Portanto, a ausência de um olhar racializado compromete a eficácia das ações estatais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções acadêmicas evidencia que as desigualdades vivenciadas pelas infâncias negras não são resultado de fatores individuais, mas de processos históricos e estruturais. Os dados indicam maior vulnerabilidade social, menor acesso a uma educação de qualidade e maior exposição à violência. Segundo IBGE (2022), “crianças negras concentram os piores indicadores sociais do país” (p. 7). Esses resultados reforçam a centralidade do racismo estrutural na organização social brasileira.

A discussão aponta que a educação pode atuar como espaço estratégico de enfrentamento dessas desigualdades, desde que comprometida com práticas antirracistas. A implementação da Lei nº 10.639/2003 é citada como avanço, embora ainda enfrente resistências. Conforme Gomes (2018), “a educação das relações étnico-raciais é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa” (p. 143). Assim, a escola assume papel fundamental na transformação social.

CONCLUSÃO

Conclui-se que as infâncias negras no Brasil contemporâneo continuam sendo profundamente impactadas pelas permanências do pós-abolição. As desigualdades sociais e educacionais revelam a insuficiência das políticas públicas em romper com a lógica racista historicamente construída. Como afirma Almeida (2019), “não há justiça social sem enfrentamento do racismo” (p. 212). Reconhecer essa realidade é passo essencial para a mudança.

Por fim, destaca-se a necessidade de fortalecer políticas educacionais e sociais que considerem o recorte racial desde a infância. A promoção da equidade, o combate ao racismo institucional e a valorização da identidade negra são fundamentais para garantir o direito à infância plena. Segundo Cavalleiro (2017), “cuidar das infâncias negras é cuidar do futuro do país” (p. 158). Dessa forma, investir nessas crianças é investir em justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, S. L. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.

Carneiro, S. (2020). *Dispositivo de racialidade*. Zahar.

Cavalleiro, E. (2017). *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*. Contexto.


Gomes, N. L. (2018). *Educação e identidade negra*. Autêntica.

IBGE. (2022). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. IBGE.

Munanga, K. (2015). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Vozes.

Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro*. Perspectiva.

Atenciosamente,



Profa. Dra. Cássia S. de C.
Ribeiro
160.244.725.18

Junior Peres
Coordenação Geral
Congresso Internacional em
Educação Planetária
CNPJ: 45774153000124

Prof. Dra.

Revista *PHILOS*

Website: <https://seuartigo.com.br/>

